

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Baependi torna público o presente Edital para contratação, no regime Menor Valor Por Item, para Registro de Preços, através da realização de Pregão Presencial, regido pela Lei nº 10.520/2002, pelos Decretos Municipais 0042/2009 e 0043/2009, e na omissão deles, no que couber, subsidiariamente pela Lei 8.666/1993.

OBJETO

O objeto do presente edital será o Registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica e pessoa física, para transporte de pacientes atendidos nas especialidades com tratamento fora do domicílio cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde, conforme memorial descritivo abaixo:

MEMORIAL DESCRITIVO

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	TRANSPORTE DE PACIENTES - Contratação de 1 (um) veículo com 4 (quatro) portas, com ar condicionado, categoria - Táxi, com capacidade de 5 (cinco) lugares, sendo o motorista mais 4 (quatro) passageiros, para realizar viagens com pacientes da Rede Municipal de Saúde para qualquer localidade do Brasil.	KM	10000	R\$ 1,20	R\$ 12.000,00
0002	TRANSPORTE DE PACIENTES - Contratação de 1 (um) veículo, com ar condicionado, com capacidade mínima de 7 (sete) lugares, sendo o motorista mais 6 (seis) passageiros, para realizar viagens com pacientes da Rede Municipal de Saúde para qualquer localidade do Brasil.	KM	10000	R\$ 2,43	R\$ 24.300,00
0003	TRANSPORTE DE PACIENTES - Locação de veículos com ar condicionado, com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) lugares, sendo o motorista mais 15 passageiros, para realizar viagens com pacientes da Rede Municipal de Saúde em todo Estado de Minas Gerais.	KM	40000	R\$ 3,23	R\$ 129.200,00
0004	TRANSPORTE DE PACIENTES - Locação de veículos com ar condicionado, com capacidade mínima de 17 (dezesete) lugares, sendo o motorista mais 16 passageiros, para realizar viagens com pacientes da Rede Municipal de Saúde em todo Estado de Minas Gerais.	KM	60000	R\$ 3,23	R\$ 193.800,00
0005	TRANSPORTE DE PACIENTES - Locação de veículos com ar condicionado, com capacidade mínima de 23 (vinte e três) lugares, sendo o motorista mais 22 passageiros, para realizar viagens com pacientes da Rede Municipal de Saúde em todo Estado de Minas Gerais.	KM	20000	R\$ 4,30	R\$ 86.000,00
Total Geral ==>					R\$ 445.300,00

P
ara
todo
s os
itens
:
O
s
paci
entes
deve
rão
ser
trata
dos
com
corte
sia,

devido o motorista auxiliar o embarque e desembarque de pacientes com dificuldades de locomoção se assim for solicitado.

Processo: 0143/2017

Modalidade: Pregão Presencial

Nº Modalidade: 0058/2017

Para os itens 02, 03, 04 e 05:

A geração de ATF deverá ser de total responsabilidade da empresa;

O motorista deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação dentro da categoria exigida para o veículo;

Os motorista e os veículos que forem realizar o transporte deverão possuir cadastro o DER/MG.

Item 02 - O veículo deverá possuir, no mínimo, 07 lugares, sendo o motorista mais 06 passageiros. Deverá possuir ar condicionado, cinto de segurança para todos os assentos e estar com o seguro obrigatório em dia.

Item 03 - Para este item deverão ser apresentados 2 veículos que atendam as exigências mínimas apresentadas, pois viagens com destinos diferentes poderão ocorrer no mesmo dia. Os veículos apresentado para o item 3 deverão possuir, no mínimo, 16 lugares, sendo o motorista mais 15 passageiros. Deverão possuir ar condicionado, cinto de segurança para todos os assentos e estar com o seguro obrigatório em dia.

Item 04 - Para este item deverão ser apresentados 2 veículos que atendam as exigências mínimas apresentadas, pois viagens com destinos diferentes poderão ocorrer no mesmo dia. Os veículos apresentado para o item 4 deverão possuir, no mínimo, 17 lugares, sendo o motorista mais 16 passageiros. Deverão possuir ar condicionado, cinto de segurança para todos os assentos e estar com o seguro obrigatório em dia.

Item 05 - Para este item deverão ser apresentados 2 veículos que atendam as exigências mínimas apresentadas, pois viagens com destinos diferentes poderão ocorrer no mesmo dia. Os veículos apresentado para o item 5 deverão possuir, no mínimo, 23 lugares, sendo o motorista mais 22 passageiros. Deverão possuir ar condicionado, cinto de segurança para todos os assentos e estar com o seguro obrigatório em dia.

A idade máxima dos veículos será de 15 anos.

Para assinatura da ata pela(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) item(s) 02, 03, 04 e 05, será exigido a apresentação dos documentos elencados na cláusula 10.4.1.

O valor máximo para esta contratação será de **R\$ 445.300,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil e trezentos reais).**

DATA DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE PREGÃO

Credenciamento: 28 de junho de 2017, 10h00min

Abertura: 28 de junho de 2017, 10h30min

Local de realização do certame:

Prefeitura Municipal de Baependi – Rua Dr. Cornélio de Magalhães, 97
Centro – Baependi, MG.

1 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E ACESSO AO EDITAL

1.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA PESSOA JURÍDICA

- 1.1.1 - Cópia simples acompanhada do original para autenticação ou cópia autenticada em cartório** do Contrato social e última alteração ou última alteração consolidada, ou declaração de firma individual, que devem estar registrados no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, quando se tratar de sociedade civil, e registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, quando se tratar de empresa mercantil, de acordo com o que dispõe o artigo 28, inciso III da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.
- 1.1.1.1** Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
 - 1.1.1.2** Cartão de Inscrição Estadual da sede do licitante
 - 1.1.1.3** Certidão de Regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - 1.1.1.4** Certidão de Regularidade junto à Fazenda Estadual da sede da licitante;
 - 1.1.1.5** Certidão de Regularidade junto à Fazenda Municipal da sede da licitante;
 - 1.1.1.6** Certidão de Regularidade com o FGTS;
 - 1.1.1.7** Certidão de Regularidade com o INSS;
 - 1.1.1.8** Certidão de Regularidade junto ao Tribunal Superior do Trabalho (CNDT)
 - 1.1.1.9** Declaração sobre a inexistência de fato impeditivo de habilitação à licitação
 - 1.1.1.10** Declaração de cumprimento ao inciso V, do ar. 27 da Lei Federal nº 8.666/93
 - 1.1.1.11** Declaração de que não há impedimento a nenhum dos sócios para o exercício da atividade empresarial.

2 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E ACESSO AO EDITAL

2.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA PESSOA FÍSICA

- 2.1.1** Cópia simples acompanhada do original para autenticação ou cópia autenticada em Cartório da Carteira de Identidade;
- 2.1.2** Cópia simples acompanhada do original para autenticação ou cópia autenticada em Cartório do CRLV 2017 do veículo que irá ser utilizado para o transporte, sendo aceito também cópia do CRLV 2016 acompanhado dos comprovantes de pagamento para a emissão dos documentos de 2017 caso este ainda não tenha sido expedido;
- 2.1.3** Cópia simples acompanhada do original para autenticação ou cópia autenticada em cartório do Cartão de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do MF – CPF;
- 2.1.4** Cópia simples acompanhada do original para autenticação ou cópia autenticada em cartório da Carteira Nacional de Habilitação – CNH;
- 2.1.5** Certidões Negativas de Distribuição de Feitos Criminais emitidas pela Justiça Federal e pela Justiça Estadual da Comarca da sede do licitante Prova de regularidade trabalhista emitida através do endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br>.
- 2.1.6** Prova de regularidade junto ao Município sede do licitante;
- 2.1.7** Prova de regularidade junto ao Estado, sede do licitante;
- 2.1.8** Prova de regularidade junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- 2.1.9** Prova de regularidade trabalhista emitida através do endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br>
- 2.1.10** Comprovação de que é contribuinte para com o INSS, conforme disposto no artigo 3º, V da Lei Nacional nº 12.468 de 2011
- 2.1.11** Comprovação de que participou de Curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica básica e elétrica básica de veículos, promovido por entidade reconhecida pelo

respectivo órgão autorizatário, conforme disposto na Lei Nacional nº 12.468/2011 e na Resolução COTRAN nº 456 de 22 de outubro de 2013. (Curso de Taxista - cópia simples acompanhada do original para autenticação ou cópia autenticada em cartório).

- 2.1.12 Cópia simples acompanhada do original para autenticação ou cópia autenticada em cartório da outorga ou contrato de permissão, firmado com entidade pública competente.
- 2.1.13 Alvará de Licença;
- 2.1.14 Declaração de cumprimento ao inciso V, do ar. 27 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 2.1.15 Declaração sobre a inexistência de fato impeditivo de habilitação à licitação.
- 2.1.16 Declaração de que não há impedimento para o exercício da atividade.

3 DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Havendo interesse na participação do certame, o responsável pela empresa deverá credenciar, na data e hora citadas no preâmbulo, através de instrumento público ou particular de procuração, ou carta de credenciamento, com prazo de validade em vigor, que conceda poderes expressos para representar a empresa em licitações, inclusive negociar preço, assinar atas e interpor recurso, apresentado em original ou mediante cópia autenticada em cartório ou por servidor municipal competente, representante da empresa, que deverá estar munido da documentação para credenciamento, do envelope contendo a proposta de preços e do envelope contendo os documentos de habilitação descritos na cláusula 01 do edital.
- 3.2 Os documentos necessários para o credenciamento, além da procuração citada na cláusula anterior, são:

3.2.1 PESSOA JURÍDICA

- 3.2.1.1 Cópia simples acompanhada do original para autenticação ou cópia autenticada em cartório da última alteração consolidada ou contrato social e alterações que demonstrará a que o signatário da procuração ou carta de credenciamento possui poderes para tal ato;
- 3.2.1.2 A apresentação deste documento no ato do credenciamento desobriga a licitante de apresentá-lo novamente no envelope 02 – Documentos de Habilitação. Contudo, a não apresentação do documento citado na cláusula 2.2.1 no credenciamento ensejará a não habilitação do representante para lances, e se não constar dos documentos de habilitação nem do credenciamento a empresa será considerada inabilitada.
- 3.2.1.3 Documento de identificação com foto e o Cartão de Cadastro de Pessoa Física, podendo ser substituído por qualquer outro documento com foto que contenha o número do CPF, nos moldes da Lei, devendo o documento apresentado estar em plena validade;
- 3.2.1.4 Declaração de que atende a todos os requisitos do edital (conforme inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/02) e que está de acordo com as cláusulas do edital;
- 3.2.1.5 Certidão expedida pela Junta Comercial de que a empresa se enquadra no regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, para obtenção dos benefícios da Lei Complementar 123/06 e alterações, ou cópia do Cartão de Condição de Microempreendedor Individual.
- 3.2.1.6 Caso o credenciado seja o proprietário ou sócio-administrador da empresa, ou a própria pessoa física, nos casos em que é possível a participação de pessoas físicas, fica dispensada a apresentação da carta de credenciamento.
- 3.2.1.7 A carta de credenciamento deverá ter assinatura reconhecida em cartório competente.
- 3.2.1.8 Caso o representante seja proprietário ou sócio da empresa, não será necessária nem a carta de credenciamento nem o reconhecimento de assinaturas.

Processo: 0143/2017

Modalidade: Pregão Presencial

Nº Modalidade: 0058/2017

- 3.2.1.9** Serão aceitos envelopes enviados pelo correio, desde que acompanhados dos documentos elencados nas cláusulas 2.2.1 e 2.2.3, fora dos envelopes 01 e 02.
- 3.2.1.10** No caso de empresa que se enquadre no regime disposto na Lei 123/06, deverá também ser incluída a certidão que trata a cláusula 2.2.4 deste edital.
- 3.2.2** **PESSOA FÍSICA**
- 3.2.2.1** Documento de identificação com foto e o Cartão de Cadastro de Pessoa Física, podendo ser substituído por qualquer outro documento com foto que contenha o número do CPF, nos moldes da Lei, devendo o documento apresentado estar em plena validade;
- 3.2.2.2** Declaração de que atende a todos os requisitos do edital (conforme inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/02) e que está de acordo com as cláusulas do edital.
- 3.3** *A pessoa jurídica ou pessoa física que não cadastrar representante, ou que tenha seu representante desclassificado por vício constatado na documentação de credenciamento ainda terá seus envelopes apreciados durante a sessão de pregão.*
- 3.4** Qualquer cidadão que deseje acompanhar a sessão de pregão poderá fazê-lo, sem necessidade de credenciamento, bastando comparecer ao local, na data e hora citadas no preâmbulo, não podendo interferir na sessão de pregão, conforme art. 4º da Lei 8666/93.
- 3.5** Todos os documentos apresentados (inclusive cópias) passarão a integrar o processo.
- 3.6** Nenhum representante credenciado poderá representar mais do que uma empresa, e somente será aceito um representante para cada empresa licitante.
- 3.7** A ausência do credenciado, em qualquer fase do certame, se não autorizada pelo Pregoeiro, importará na desistência tácita da prática de futuros atos durante a sessão.
- 3.8** O credenciado deve ser legalmente apto a contrair obrigações.

4 DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

- 4.1** Os envelopes deverão ser apresentados na data e hora citados no preâmbulo, e serem entregues à Comissão Permanente de Licitação, e deverão estar endereçados da seguinte forma:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAEPENDI

Processo XXX/2017 – Pregão Presencial XXX (preencher conforme cabeçalho)

Envelope 01 – Proposta Comercial

PESSOA JURÍDICA/PESSOA FÍSICA:

CNPJ/CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAEPENDI

Processo XXX/2017 – Pregão Presencial XXX (preencher conforme cabeçalho)

Envelope 02 – Documentos de Habilitação

PESSOA JURÍDICA/PESSOA FÍSICA:

CNPJ/CPF:

- 4.2** Qualquer erro, omissão ou alteração no preenchimento, desde que não interfira no certame, não será levado em consideração.
- 4.3** Se o conteúdo dos envelopes estiver trocado, a pessoa jurídica/pessoa física será desclassificada.

5 DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1** A proposta de preços deverá ser apresentada no envelope 01, enquanto os documentos de habilitação deverão ser apresentados no envelope 02.

- 5.2** Para o preenchimento da proposta de preços, a licitante deverá indicar o valor de cada item e o valor total dos produtos ou serviços. Os valores não deverão apresentar mais de duas casas após a vírgula. Valores com mais de duas casas serão considerados até a segunda casa, sem arredondamento.
- 5.3** Não serão admitidas rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas na proposta, que deverá ser clara e objetiva;
- 5.3.1** A inobservância da cláusula acima poderá gerar a inabilitação da proposta.
- 5.4** A moeda utilizada para a cotação dos preços será a moeda nacional em vigência.
- 5.5** Os licitantes poderão cotar apenas os itens de seu interesse, e só será aceito um preço por item
- 5.6** No preço apresentado, deverão ser computados todos os custos inerentes ao produto ou serviço, como impostos e demais custos, inclusive frete.
- 5.7** A licitante deverá apresentar em sua proposta:
- 5.7.1** Os itens nos quais a pessoa física/jurídica está concorrendo;
- 5.7.2** O valor unitário de cada item;
- 5.7.3** A validade da proposta – mínimo de sessenta dias, **a contar da abertura do envelope.**
- 5.8** Os lances serão realizados pelo valor unitário do item
- 5.9** No envelope de documentação deverão estar TODOS os documentos de habilitação exigidos, sendo que a ausência de um dos documentos importará na desclassificação da pessoa física/jurídica.
- 5.10** Informações complementares dos itens estão descritas no objeto.
- 5.11** Qualquer desatendimento, se simplesmente formal, e desde que não interfira na isonomia do certame, poderá ser relevado, em ato fundamentado em ata.

6 DA SESSÃO DO PREGÃO

- 6.1** Na hora e data marcadas para o início do credenciamento, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio iniciarão o credenciamento das das pessoas físicas/jurídicas interessadas.
- 6.1.1** As pessoas físicas/jurídicas que não tiverem cadastro prévio serão cadastradas neste momento.
- 6.2** Os documentos de credenciamento serão rubricados por todos os licitantes e o Pregoeiro e a Equipe de Apoio.
- 6.3** Após o credenciamento, todos os licitantes e o Pregoeiro e a Equipe de Apoio irão rubricar as abas dos envelopes, e serão abertos os envelopes de nº 01 de todas as pessoas físicas/jurídicas presentes.
- 6.4** As propostas terão a conformidade com o exigido no memorial descritivo conferidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio e, em casos específicos, de profissional constante do quadro de servidores municipais com formação específica alinhada ao objeto do certame, e caso seja considerado que a proposta não atende o edital, a mesma será desclassificada.
- 6.5** Sendo aceita a proposta, será iniciada a sessão de lances, onde serão classificados o menor valor ofertado e os demais valores até o limite de 10% (dez por cento) superiores ao menor valor.
- 6.5.1** Caso não sejam encontradas três propostas nos critérios da cláusula anterior, serão classificadas a menor proposta e as duas melhores propostas subsequentes, quaisquer que sejam seus valores.
- 6.6** A sessão de lances será iniciada pela proposta mais elevada, cujo lance deverá ser de valor inferior ao da proposta de menor valor. Em seguida, será convidada a segunda licitante de maior valor, e assim subsequentemente.
- 6.6.1** A empresa que não tiver interesse em dar lance deverá declinar, e será excluída da rodada de lances.

- 6.6.2** Caso haja dúvida sobre a exequibilidade da proposta, por parte do Pregoeiro ou de qualquer licitante, será franqueada à licitante vencedora a apresentação, no prazo máximo de 02 (dois dias), a apresentação de documentação que comprove que a exequibilidade dos preços apresentados, conforme disposto na súmula 262/2010 do TCU
- 6.7** O licitante responderá pelo valor que seu credenciado ofertar na sessão de lances.
- 6.8** O Pregoeiro poderá negociar diminuição do menor valor, em qualquer hipótese.
- 6.9** Após a sessão de lances e encontrado o menor valor para o certame, será aberto o envelope nº 02 – Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s), para verificação de sua habilitação, que deve conter todos os documentos e demais exigências deste edital.
- 6.10** Se a(s) empresa(s) for(em) considerada(s) habilitada(s), será(ão) declarada(s) como vencedora(s) do certame.
- 6.11** No caso de inabilitação, o Pregoeiro observará os documentos das demais licitantes, na ordem de classificação, até que seja encontrada aquela que atende ao disposto na cláusula 5.10.
- 6.11.1** Se a pessoa física/jurídica for considerada inabilitada, terá sua proposta desclassificada.
- 6.12** Os envelopes das licitantes não vencedoras ficarão retidos até que expire o prazo de validade das propostas, e poderão ser retirados após este prazo mediante requerimento, no prazo máximo de trinta dias após a decorrência do prazo da proposta.
- 6.13** Todos os documentos apresentados deverão ser rubricados por todos os presentes.

7 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DESEMPATE

- 7.1** Será considerada vencedora a pessoa física/jurídica que apresentar o menor valor por Item.
- 7.2** Será considerado empate quando ocorrer uma destas situações:
- 7.2.1** Duas ou mais licitantes apresentam o mesmo valor e não oferecem lances;
- 7.2.2** Uma das empresas não se enquadra no regime da Lei Complementar 123/06 e a(s) empresa(s) que se enquadra(m) encerrou(aram) seus lances com um valor não inferior ao intervalo de 5% (cinco por cento) do último valor ofertado pela Micro Empresa melhor classificada.
- 7.2.2.1** Para o cálculo do intervalo, será considerado o menor valor encontrado acrescido de 5% (cinco por cento).
- 7.3** Havendo uma destas situações, será procedido da seguinte forma:
- 7.3.1** A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Micro Empreendedor Individual com a proposta mais vantajosa será convidada a apresentar um novo lance, no prazo máximo de trinta minutos, para cobrir o valor encontrado, desde que o valor não tenha sido apresentado por uma ME, EPP ou MEI. Caso a ME, EPP ou MEI melhor classificado não queira cobrir o valor, o mesmo procedimento será tomado para as ME, EPP ou MEI que tiverem apresentado lances no intervalo de 5% (cinco por cento) do menor valor;
- 7.3.1.1** Se nenhuma ME, EPP ou MEI manifestar interesse em cobrir o valor, será adjudicado o certame em favor da empresa com o menor preço.
- 7.3.1.2** Caso as ME, EPP ou MEI apresentem o mesmo valor, será realizado sorteio para verificação de qual licitante terá o direito de apresentar melhor oferta.
- 7.3.2** Caso haja empate de valor entre empresas que não se enquadram no regime da Lei Complementar 123/06, será realizado sorteio, em ato público, para verificação de qual delas terá o direito de proferir lance primeiro. Se nenhuma empresa manifestar interesse em dar lances, será realizado outro sorteio para verificar qual empresa será considerada a vencedora.

8 DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/06

- 8.1** Qualquer empresa que se enquadre no regime da Lei Complementar 123/06 e alterações receberá os benefícios elencados na Lei Complementar, desde que apresentem no credenciamento a Certidão da Junta Comercial atestando essa situação.
- 8.2** Os benefícios que a empresa receberá são:
- 8.2.1** Preferência de contratação nos casos de empate, desde que observado o disposto na cláusula 6.3.1 deste edital;
- 8.2.2** Possibilidade de apresentar a Regularidade Fiscal no prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, caso tenha apresentado Certidão de Débitos Positiva e/ou Vencida, conforme redação dada pela LC 147/14.

9 DO RECURSO DURANTE A SESSÃO PÚBLICA

- 9.1** Após a declaração da(s) pessoa(s) física(s)/jurídica(s) vencedora(s), o Pregoeiro convidará os representantes credenciados a expor a intenção de recorrer das decisões do certame.
- 9.2** A licitante que desejar fazê-lo deverá então expor sua intenção de recorrer e os motivos, para que sejam consignados em ata.
- 9.2.1** Se nenhum representante manifestar a intenção de recorrer, decairá do direito de recorrer, conforme inciso XX do art. 4º da Lei 10.520/02.
- 9.3** Caso haja interposição de recurso, o Pregoeiro abrirá o prazo de três dias úteis para a entrega das razões de recurso, que deverá ser protocolada na sede da Prefeitura Municipal de Baependi.
- 9.4** Decorrido o prazo, as demais licitantes terão o mesmo período de três dias para a entrega das contrarrazões do recurso, que deverão ser protocoladas na sede da Prefeitura Municipal de Baependi.
- 9.5** O recurso terá efeito suspensivo, nos termos do art. 109 § 2º da lei 8.666/93.
- 9.6** O prazo para o julgamento do recurso será de cinco dias, conforme art. 24 da Lei 9784/99.
- 9.7** Acatadas as razões de recurso, importará a invalidação apenas dos atos inservíveis de aproveitamento.
- 9.8** Havendo a interposição de recurso, será franqueada vista dos autos ao recorrente e aos demais licitantes.
- 9.9** Se o recorrente não apresentar recurso no prazo afixado na cláusula 8.3, configurará desistência da intenção de recurso.
- 9.10** O recurso deverá ser apenas sobre atos praticados na sessão do pregão, não sendo admitidos recursos contra exigências do edital, sobre o qual seria correta a impugnação do instrumento convocatório, nas condições previstas na cláusula 10 deste edital.

10 DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1** Após a declaração da licitante vencedora e, não havendo interposição de recurso ou, caso haja, após o julgamento do recurso, será enviado o presente processo para a autoridade superior para homologação e adjudicação.
- 10.2** Será adjudicado e homologado pela autoridade superior o objeto do presente processo para a(s) licitante(s) declaradas vencedoras do certame, que serão convocadas para a assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 10.2.1** A licitante vencedora deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação para a assinatura do instrumento, que será realizada por correspondência eletrônica no endereço de email indicado pelo representante durante o cadastramento da mesma, enviar representante

- devidamente qualificado, com poderes expressos e munido de documentos para assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 10.2.2** A licitante que não atender ao prazo de convocação ensejará a convocação dos licitantes remanescentes na ordem de classificação, conforme disposto no § 2º do Art. 64 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 10.2.3** O Prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela administração, nos moldes do §1º do art. 64 da Lei 8.666/93
- 10.3** Se uma adjudicatária não acatar a comunicação para a assinatura da Ata de Registro de Preços dentro do prazo de validade da proposta, será convocada, sem prejuízo das sanções cabíveis, outra licitante, observada a classificação na sessão de lances.
- 10.3.1** O Pregoeiro poderá negociar com a licitante convocada para a obtenção de proposta mais vantajosa. Aceitas as condições, formaliza-se o instrumento
- 10.4** O contrato administrativo oriundo da Ata de Registro de Preços processo poderá, mediante necessidade administrativa devidamente justificada, ser prorrogado nos moldes da Lei 8.666/93.
- 10.4.1** Para a assinatura será exigido a apresentação dos seguintes documentos:
- 10.4.1.1** Cópia do CRLV 2017 do(s) veículo(s) que irá(ao) ser utilizado(s) para o transporte, sendo aceito também cópia do CRLV 2016 acompanhado dos comprovantes de pagamento para a emissão dos documentos de 2017 caso este ainda não tenha sido expedido;
- 10.4.1.2** Laudo válido que comprove a aprovação em vistoria veicular realizada pelo Inmetro ou empresa credenciada pelo mesmo;
- 10.4.1.3** Apólice de seguro referente à Responsabilidade Civil com cobertura mínima de R\$ 3.311.633,21 (três milhões, trezentos e onze mil, seiscentos e trinta e três reais e vinte e um centavos), deverá ser apresentada no ato de assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 10.4.1.4** Comprovante de que o(s) condutor(es) que dirigirá(ao) o(s) veículo(s) no transporte dos pacientes está(ao) cadastrado(s) no DER;
- 10.5** Após doze meses, os contratos prorrogados poderão ser objeto de reajuste com base em um dos índices oficiais, com privilégio para a adoção do menor percentual, na esteira da consulta 761.137 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
- 10.6** A Administração se reserva ao direito de adquirir no todo ou em parte o objeto licitado.

11 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 11.1** Qualquer cidadão é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital, no prazo previsto no § 1º do art. 41 da Lei 8666/93, devendo o Pregoeiro responder à petição no prazo previsto no mesmo dispositivo.
- 11.2** A impugnação deverá ser protocolada até o segundo dia útil anterior à abertura do certame. Caso não seja respeitado este prazo, a impugnação será considerada intempestiva e a mesma não será hábil a suspender o certame.
- 11.3** A impugnação feita tempestivamente não exclui a participação da impugnante do certame. Se for acatada a impugnação, nova data será designada para a abertura do pregão.

12 DA EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1** A Ata de Registro de Preços, caso seja firmado, com a(s) licitante(s) adjudicatária(s), incluirá as condições estabelecidas neste Edital, necessárias à fiel execução do objeto licitado, e sua minuta é anexo deste edital.
- 12.2** Os preços registrados por força deste processo terão validade de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços.

Processo: 0143/2017

Modalidade: Pregão Presencial

Nº Modalidade: 0058/2017

- 12.3** Os preços pactuados somente poderão ser reajustados, inclusive para restabelecimento do equilíbrio financeiro, nos casos expressos na Lei 8.666/93.
- 12.4** As pessoas físicas/jurídicas contratadas obrigam-se a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a sua execução.
- 12.5** A Ata de Registro de Preços firmada com a Prefeitura Municipal de Baependi não poderá ser objeto de cessão ou transferência, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão
- 12.6** Não poderá haver subcontratação.
- 12.7** A Prefeitura Municipal de Baependi reserva-se o direito de rescindir unilateralmente a Ata de Registro de Preços caso ocorra algum dos motivos elencados nos art. 77 e 78 da Lei 8666/93, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 12.8** O Município não terá nenhuma responsabilidade por danos que a execução do serviço ocasionar aos funcionários, prepostos ou empregados da contratada, como não terá nenhuma responsabilidade perante terceiros, respondendo por eles, com exclusividade, o contratado.

13 DO PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1** O presente certame licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga ao Município, a firmar contratações, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de determinados itens, ficando assegurado ao detentor do registro a preferência da contratação, em igualdade de condições.
- 13.2** Ao licitante vencedor, por item, fica assegurada a preferência em igualdade de condições com os demais licitantes acorrentes em futuros certames, ou mediante utilização de quaisquer outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.
- 13.3** A qualquer tempo o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Município convocar os prestadores registrados para negociar o novo valor.

14 DO FORNECIMENTO

- 14.1** A prestação do serviço e/ou o fornecimento de materiais, para os itens constantes da Ata de Registro de Preços, deverão ser prestados e/ou entregues no endereço constante da Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou documento similar expedido pela Prefeitura Municipal de Baependi, que deverão ser efetivados exatamente como consta neste edital e na Ata de Registro de Preços, nos prazos e condições previstos abaixo:
- 14.2** **Será considerado, para início de quilometragem o ponto inicial indicado no mapa de viagem expedido pelo Departamento Municipal de Saúde.**
- 14.3** O prazo para a prestação dos serviços será de 03(três) dias úteis a contar do recebimento da AS
- 14.3.1** Somente serão reconhecidos para pagamento despesas que tenham sido geradas após a apresentação do documento do item anterior por servidor responsável junto à contratada.
- 14.4** A Administração se reserva no direito de recusar material e/ou serviço entregue em desconformidade com o exigido no edital, seja ela no todo ou em parte, e o contratado deverá corrigir e/ou substituir quaisquer produtos e/ou serviços que não atendam às exigências do edital.
- 14.5** Nos casos previstos nos itens 13.1.2 e 13.2, a contratada não terá direito ao recebimento por entrega dos materiais ou autorização de serviço sem autorização expressa ou com vício, sanável ou não.
- 14.6** Os produtos deverão ser entregues no endereço constante da Autorização de Fornecimento.

15 DO PAGAMENTO

- 15.1** O pagamento será efetuado em até trinta dias a contar da data de protocolo da fatura/nota fiscal juntamente com a Autorização de Fornecimento (ou documento similar) e certidão emitida pelo departamento responsável, comprovando a entrega da mercadoria e/ou prestação de serviço, bem como o boleto bancário para efetuar o pagamento.
- 15.1.1** Caso o boleto esteja com o prazo para pagamento vencido, será feito contato pela Tesouraria para que um novo boleto seja emitido para assim realizar o pagamento.
- 15.1.2** A descrição dos itens na nota fiscal deverá seguir a descrição dos itens da Autorização de Fornecimento. Caso a nota fiscal não esteja em conformidade com a AF a mesma deverá ser substituída.
- 15.2** Para efetivação do pagamento, o contratado deverá estar regular com o INSS, FGTS e Justiça do Trabalho.
- 15.2.1** A conferência da regularidade será realizada por servidor público municipal competente.
- 15.3** Somente serão reconhecidas para pagamento notas fiscais acompanhadas da Autorização de Fornecimento.

16 DAS PENALIDADES

- 16.1** A adjudicatária que se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, que se recusar a acatar a ordem de serviço, que não mantiver a proposta, que comportar-se de modo inadequado, apresentar documentação falsa ou ensejar o retardamento da execução do objeto licitado, estará sujeita a aplicação da penalidade de impedimento de contratar com a Administração, no prazo de até cinco anos, e também à multa de 5% (cinco por cento) do valor do referente a Ata de Registro de Preços, além das demais sanções abaixo.
- 16.2** A inexecução total ou parcial da Autorização de Fornecimento (entrega de itens em desacordo com o total previsto na AF/OS) e/ou atraso na entrega dos itens caracterizará inadimplência, e sujeitará a adjudicatária às seguintes sanções:
- 16.2.1** Por atraso de até 05 (cinco) dias úteis, multa de 5 % (cinco por cento) do valor da AF/OS.
- 16.2.2** Por atraso de 06 (seis) até 10 (dez) dias úteis, multa de 10 % (dez por cento) do valor da AF/OS.
- 16.2.3** Por atraso superior a 10 (dez) dias úteis ou em caso de reincidência em qualquer das penalidades acima previstas, haverá rescisão da ata de Registro de Preços com o licitante inadimplente, sem prejuízo da aplicação de penalidade, em desfavor da empresa, de impedimento de contratar com Administração por até 05 (cinco) anos, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- 16.3** As sanções serão aplicadas pelo setor competente, de ofício ou mediante provocação do setor responsável pela execução do objeto, e a comunicação será realizada através de fac-símile e e-mail, correspondência com AR, ou por edital caso não seja possível o contato pelos canais anteriores, e o prazos legais começarão a ser contados a partir da confirmação do recebimento da comunicação da penalidade pela adjudicatária, ou da publicação de edital, contados conforme disposto no art. 110 da Lei 8666/93.
- 16.4** Em quaisquer casos de penalidade, será assegurado a adjudicatária o direito ao contraditório e à ampla defesa.

17 DOS DEMAIS RECURSOS

- 17.1** Além dos recursos contra atos praticados na sessão pública (item 08) e da impugnação do instrumento convocatório (item 10), ficam assegurados os recursos previstos na Lei 8666/93.

17.2 Somente serão reconhecidos recursos apresentados por fax ou e-mail se dentro do prazo previsto a peça original for protocolada na sede da Prefeitura Municipal de Baependi.

18 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas do objeto licitado neste edital correrão por conta dos recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias:

406 - 3.3.90.39.00.2.07.01.10.301.0005.2.0081 00.01.02 DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

329 – 3.3.90.36.00.2.07.01.10.301.0005.2.0081 00.01.02 DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

19 DA CARONA NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório.

19.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata.

20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 A administração vincula seus atos no referido Processo Licitatório a este edital, conforme disposto no art. 3º da Lei 8666/93.

20.2 Para este Processo Licitatório, será possível a participação de Pessoa Física.

20.3 A protocolização de qualquer ato de impugnação fora do prazo máximo de dois dias úteis antes da abertura da sessão será considerada intempestiva, e não terá efeito de recurso.

20.4 A qualquer momento, mediante interesse público, poderá esta licitação ser cancelada, revogada ou anulada, mediante despacho motivado, não cabendo indenização a nenhuma licitante.

20.5 É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade superior paralisar, em qualquer momento, este Processo Licitatório para a realização de diligências.

20.6 A participação no certame implica na aceitação de todas as cláusulas do edital.

20.7 O objeto do edital poderá, a qualquer tempo antes da sessão, ser alterado, sem que caiba qualquer tipo de recurso ou indenização às licitantes.

20.8 Nos casos previstos nas cláusulas 19.4 e 19.7 deste edital, os atos serão publicados no mesmo veículo que o instrumento original, respeitado o disposto no § 4º do art. 22 da Lei 8666/93.

20.9 Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes inabilitadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para apresentação de nova proposta, escoimada dos erros apresentados, em nova sessão pública definida pelo Pregoeiro.

20.10 As licitantes são responsáveis administrativa, civil e criminalmente pela veracidade dos documentos e declarações apresentadas.

20.11 O presente edital foi previamente analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica do Município, cujo parecer consta dos autos do presente processo.

20.12 Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras, sem necessidade de agendamento prévio, em horário de atendimento ao público, das 09h às 17h.

20.13 Os atos e procedimentos deste Processo Licitatório serão publicados no Quadro de Avisos e no mesmo veículo de publicação do edital.

Processo: 0143/2017

Modalidade: Pregão Presencial

Nº Modalidade: 0058/2017

20.14 Fica eleito o foro da Comarca de Baependi como competente para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente processo.

20.15 São integrantes do presente edital:

20.15.1 Anexo I – Exemplo de Declaração de Cumprimento do inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, de ausência de superveniência e de fato impeditivo, e de desimpedimento dos sócios.

20.15.2 Anexo II – Modelo de declaração de preenchimento de requisitos

20.15.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Baependi, 08 de junho de 2017.

Pregoeiro

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

OBS: a presente declaração deverá compor o Envelope 02 – Documentos de Habilitação, preferencialmente em papel timbrado.

DECLARAÇÃO

Processo: 0143/2017

Modalidade: Pregão Presencial

Nº Modalidade: 0058/2017

A pessoa física/jurídica (nome da empresa/nome da pessoa), inscrita no CNPJ/CPF sob o nº (número de inscrição do CNPJ/CPF), através de seu responsável legal (nome, RG e CPF) na qualidade de participante da licitação na modalidade de Pregão, instaurado por esta Prefeitura Municipal, DECLARA sob as penalidades da lei, que não existe fato superveniente e impeditivo contra sua habilitação no presente processo, assim como se obriga a declarar a ocorrência de fatos futuros. DECLARA ainda que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze anos), nos termos do inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal de 1988. DECLARA também não ser inidônea para licitar e celebrar contratos com a Administração Pública e que está de pleno acordo com as exigências do Edital deste processo e que não há impedimento para o exercício da atividade.

Local e data

Nome do representante legal
CPF do representante legal

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

OBS: a presente declaração deverá estar presente no credenciamento, podendo ser assinada pelo Proprietário da empresa, pelo administrador apontado no contrato social ou pelo procurador credenciado.

DECLARAÇÃO

A empresa (nome da empresa/nome da pessoa), inscrita no CNPJ/CPF sob o nº (número de inscrição do CNPJ/CPF), através de seu responsável legal (nome, RG e CPF) na qualidade de participante da licitação na modalidade de Pregão, instaurado por esta Prefeitura Municipal, DECLARA sob as penalidades da lei, que preenche os requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório e que concorda com as cláusulas do edital.

Local e data

Nome do signatário
CPF do signatário

ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0000/2017– PREGÃO PRESENCIAL Nº 0000/2017

Aos _____ do ano de 2017, o MUNICÍPIO DE BAEPENDI, entidade de direito público inscrito no CNPJ sob o n. 18.008.862/0001-26, com sede administrativa situada na Rua Dr. Cornélio Magalhães, nº 97, Centro, Baependi, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Hilton Luiz de Carvalho Rollo, portador do CPF nº _____, institui a presente **Ata de Registro de Preços**, nos termos do Artigo 15 da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 043/2009, decorrente do Processo Licitatório nº 0000/2017 – Pregão Presencial nº 0000/2017, cujo objetivo fora o Registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica e pessoa física, para transporte de pacientes atendidos nas especialidades com tratamento fora do domicílio cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde, a qual é firmada com as EMPRESAS: 1- _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº __, bairro _____, cidade de _____, estado de _____, CEP _____, neste ato representada pelo Sr(a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____,

2- _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº __, bairro _____, cidade de _____, estado de _____, CEP _____, neste ato representada pelo Sr(a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, **responsáveis pela assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços**, segundo às cláusulas e condições seguintes

1ª – O presente registro de preços tem por objeto a eventual contratação de pessoa jurídica e pessoa física, para transporte de pacientes atendidos nas especialidades com tratamento fora do domicílio cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde contratação de empresa para transporte de pacientes atendidos nas especialidades com tratamento fora do domicílio cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Memorial Descritivo abaixo:

Empresa(s):

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	TRANSPORTE DE PACIENTES - Contratação de 1 (um) veículo com 4 (quatro) portas, com ar condicionado, categoria - Táxi, com capacidade de 5 (cinco) lugares, sendo o motorista mais 4 (quatro) passageiros, para realizar viagens com pacientes da Rede Municipal de Saúde para qualquer localidade do Brasil.	KM	10000		
0002	TRANSPORTE DE PACIENTES - Contratação de 1 (um) veículo, com ar condicionado, com capacidade mínima de 7 (sete) lugares, sendo o motorista mais 6 (seis) passageiros, para realizar viagens com pacientes da Rede Municipal de Saúde para qualquer localidade do Brasil.	KM	10000		
0003	TRANSPORTE DE PACIENTES - Locação de veículos com ar condicionado, com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) lugares, sendo o motorista mais 15 passageiros, para realizar viagens com pacientes da Rede Municipal de Saúde em todo Estado de Minas Gerais.	KM	40000		
0004	TRANSPORTE DE PACIENTES - Locação de veículos com ar condicionado, com capacidade mínima de 17 (dezesete) lugares, sendo o motorista mais 16 passageiros, para realizar viagens com pacientes da Rede Municipal de Saúde em todo Estado de Minas Gerais.	KM	60000		
0005	TRANSPORTE DE PACIENTES - Locação de veículos com ar condicionado, com capacidade mínima de 23 (vinte e três) lugares, sendo o motorista mais 22 passageiros, para realizar viagens com pacientes da Rede Municipal de Saúde em todo Estado de Minas Gerais.	KM	20000		
Total Geral ==>					

Parágrafo único: A Administração, caso haja necessidade de aquisição e/ou contratação, se reserva no direito de adquirir no todo ou em parte o objeto licitado.

2ª – O presente processo licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga o Município a firmar contratações, bem como não obriga a contratação da totalidade do objeto licitado, podendo ocorrer licitações destinadas à prestação dos serviços supracitados, ficando assegurada ao detentor do Registro de Preços a preferência da contratação, em igualdade de condições.

3ª – Caso ocorra aquisição ou contratação, a licitante vencedora deverá fornecer os produtos ao Município e entregá-los no endereço e horário constante na AF(Autorização de Fornecimento), ou documento similar, a qual será expedida e entregue à licitante/empresa, para que o fornecimento ou serviço ocorram no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar de seu recebimento, respeitadas todas as condições previstas no edital, como se aqui estivessem transcritas.

4ª – Em caso de aquisição e/ou contratação, a mercadoria deverá estar devidamente embalada e acondicionada para o transporte, de forma a garantir a integridade de todos os produtos, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante contratada a substituição de eventuais produtos danificados durante o transporte.

5ª – Os preços que venham ser pactuados somente poderão ser reajustados, inclusive para restabelecimento do equilíbrio financeiro, nos exatos termos da Lei nº 8.666/93.

6ª – Em caso de contratação, a(s) empresa(s) obriga(m)-se a manter, durante toda a vigência do contrato(s) decorrente(s) desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela(s) assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a sua execução.

7ª – Em caso de contratação ou aquisição, o Município não terá responsabilidade por danos que a execução do contrato ocasionar aos funcionários, prepostos ou empregados da contratada, bem como não terá nenhuma responsabilidade perante terceiros, respondendo por eles, com exclusividade, a empresa/contratada.

8ª – Esta Ata de Registro de Preços ou contrato dela decorrente não poderão ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, sob pena de aplicação de sanção de 5% (cinco por cento) do valor total registrado, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas aplicáveis ao caso, inclusive rescisão.

9ª – Caso seja solicitado o fornecimento ou o início da execução do serviço, o atraso injustificado na entrega ou no início ensejará multa de mora nas seguintes proporções:

9.1 – Por atraso de até 05 (cinco) dias úteis, multa de 5 % (cinco por cento) do valor da AF/OS.

9.2 – Por atraso de 06 (seis) até 10 (dez) dias úteis, multa de 10 % (dez por cento) do valor da AF/OS.

9.3 – Por atraso superior a 10 (dez) dias úteis ou em caso de reincidência em qualquer das penalidades acima previstas, haverá rescisão da ata de Registro de Preços com o licitante inadimplente, sem prejuízo da aplicação de penalidade, em desfavor da empresa, de impedimento de contratar com Administração por até 05 (cinco) anos, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

10ª - Este registro de preços terá vigência 12 (doze) meses, a contar da publicação da Ata de Registro de Preços.

11 – Esta ata ou contrato(s) dela decorrente(s) poderão ser rescindidos unilateralmente pelo Município, nos termos das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93, ou por interesse público, o que se dará por decisão motivada.

11.1 – Nos casos de compra com entrega integral em única parcela fica dispensado o Município da formalização de contrato valendo como tal a nota de empenho conforme disposto no art. 62 § 4º da lei de licitações 8.666/93.

11.2 - A empresa que subscreve esta Ata reconhece os direitos da Administração no caso de rescisão unilateral, conforme previsto na Lei nº 8.666/93.

12ª – Em caso de contratação, o Município de Baependi reserva-se o direito de rescindir unilateralmente o contrato, caso seja firmado, nos termos da Lei nº 8.666/93 ou por interesse público municipal, o que se dará por decisão motivada.

Parágrafo único: A empresa que subscreve esta Ata reconhece, em caso de contratação, os direitos da contratada no caso de rescisão unilateral, conforme previsto na Lei nº 8.666/93.

13ª – Em caso de contratação, o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da data de protocolo da fatura/nota fiscal, juntamente com a Autorização de Fornecimento (ou documento similar), juntamente com certidão emitida pelo departamento responsável, comprovando a entrega/recebimento da mercadoria.

Processo: 0143/2017

Modalidade: Pregão Presencial

Nº Modalidade: 0058/2017

14ª – Caso haja futuras contratações, estas correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária nº _____, limitadas ao valor global de R\$ _____.

15ª – São partes integrantes desta Ata de Registro de Preços todas as cláusulas do Edital do certame supramencionado, bem como seus Anexos, como se nela estivessem escritas.

16ª – Para discussões a respeito desta Ata de Registro de Preços, bem como de qualquer contrato dela decorrente, as partes elegem o foro da Comarca de Baependi, competente a qualquer outro.

Baependi/MG __ de _____ de 2017.

MUNICÍPIO DE BAEPENDI

Hilton Luiz de Carvalho Rollo

CPF nº _____

Empresa

Vista e Aprovada: _____

Testemunha: _____

CPF: _____

Testemunha: _____

CPF: _____